

# *Emergentismo e representância o debate historiográfico entre White e Ricoeur*

*Emergentism and representance: the historiographic debate between White and Ricoeur.*

**MANIERI, Dagmar\***

<https://orcid.org/0000-0001-5082-3599> 

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é um estudo sobre o estatuto epistemológico do conhecimento histórico após a produção intelectual de Hayden White. O que se traduz como linguistic turn corresponde aos estudos sobre o poder da linguagem de constituir o mundo; Hayden White é compreendido neste campo teórico da linguagem, resultando com isso uma nova forma de se pensar a objetividade da história. É em torno desta nova perspectiva linguística que Paul Ricoeur elabora uma reflexão de ordem epistemológica sobre o conhecimento histórico. Sem rejeitar totalmente o pensamento de White, Ricoeur propõe um novo estatuto para a objetividade dos estudos históricos.

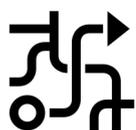
**Palavras-chave:** Emergentismo; história; epistemologia; linguagem; metáfora.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to study the epistemological status of historical knowledge after Hayden White's intellectual production. What translates as "linguistic turn" corresponds to studies on the power of language to constitute the world; Hayden White is understood in this theoretical field of language, resulting in a new way of thinking about the objectivity of history. It is around this new linguistic perspective that Paul Ricoeur elaborates an epistemological reflection on historical knowledge. Without totally rejecting White's thought, Ricoeur proposes a new statute for the objectivity of historical

**Keywords:** Emergentism; representance; history; epistemology; language.

---

\* Professor Associado do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Araguaína. Leciona a disciplina de Teoria da História (Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEHIST). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: [dagmarmanieri@bol.com.br](mailto:dagmarmanieri@bol.com.br)

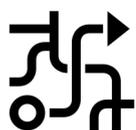


## INTRODUÇÃO

De certa perspectiva, os confrontos sobre o estatuto da história podem ser entendidos como uma forma da própria história, como campo de conhecimento, reatualizar a institucionalização de sua objetividade. Um exemplo desse confronto ocorre em 1903, na *Revue de synthèse historique*. Quem narra este acontecimento é François Dosse; ele comenta que se trata “da ofensiva global dirigida pela sociologia” contra os historiadores. Dosse se refere ao artigo “Método histórico e ciências sociais” de François Simiand. Diante das objeções deste último ante a história, há o desejo de que este último pudesse “passar do fenômeno singular para o regular, para as relações estáveis que permitem perceber as leis e os sistemas de causalidade” (DOSSE, 2003, p. 46). Aliás, a primeira afronta a havia ocorrido em 1894, quando Pierre Lacombe publica *L’Histoire considérée comme science*. Portanto, a investida de Simiand correspondia uma segunda onda em busca de uma “história renovada, que se abra para os movimentos lentos (...)” (Ibid., p. 47). Esse confronto entre sociologia e história é evocado por François Dosse para explicar a incorporação da noção de “estrutura” (via os estudos das mentalidades, por exemplo) na corrente historiográfica da Escola dos *Annales*. Ela é significativa para mostrar como o próprio campo da história é obrigado a rever seu estatuto epistemológico.

Assim, são transformações do campo da história que torna o objeto de estudo cada vez mais complexo. Isto ocorre também com a Escola dos *Annales* e a posterior, História Nova. Na voz de um representante desta última, Jacques Le Goff, o historiador enfatiza que a História Nova “ampliou o campo do documento histórico”; agora não é só o texto (escrito) que autentica um discurso histórico, mas “escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.” (LE GOFF, 2005, p. 36). Na herança dos *Annales*, a História Nova permite “falar de tudo” em formas que rejeitam o determinismo. Le Goff cita uma passagem de Lucien Febvre (*Combats pour l’histoire*) que explica a pluralidade epistemológica do grupo francês: “(...) há motivos geográficos; há motivos econômicos, sociais também, e intelectuais, religiosos e psicológicos” (Apud LE GOFF, 2005, p. 40).

Mais recentemente, foi a *linguistic turn* que provoca uma série de debates sobre a especificidade do campo de conhecimento histórico. Na acepção de Temístocles Cezar, a *linguistic turn* “é uma construção que ocorre nos anos 1960 e 1970 (...)”. Cezar repercute alguns desses confrontos e a figura que evoca é do “espectro do relativismo”. A obra de



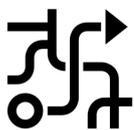
Hayden White de início dos anos 1970 (Meta-história) é “instigante para (poucos) historiadores e incômoda para (muitos) outros” (CEZAR, 2015, p. 442). O próprio Temístocles Cezar resgata uma passagem da historiadora Gabrielle Spiegel. Em seu discurso de 2009, ela comenta sobre “o desafio semiótico que foi colocado para a historiografia nas últimas décadas (...)” (Apud CEZAR, 2015, p. 445).

É neste quadro de confrontos que pretendemos inserir o embate entre Hayden White e Paul Ricoeur. Confronto produtivo que, ao que parece, constitui um novo estatuto epistemológico para o campo da história. Vê-se, com isso, que cada vez mais há uma complexidade em torno da objetividade da produção histórica. Isto sem deixar – assim como enfatiza Ricoeur – de se questionar a especificidade do trabalho do historiador, bem como a função social da disciplina história.

## O EMERGENTISMO E A POSTURA LINGUÍSTICA WHITEANA

No pragmatismo o conhecimento é compreendido em sua relação com a noção de “realidade”. Na interpretação de Henri Bergson, no pragmatismo de William James a realidade é “indefinida” (BERGSON, 2006, p. 247). Ainda segundo Bergson, no pragmatismo inventa-se “a verdade para utilizar a realidade, como criamos dispositivos mecânicos para utilizar as forças da natureza” (Ibid., p. 253). Isto ocorre porque nos pensadores pragmatistas (ou ligados indiretamente a essa filosófica), há o cuidado ao se tratar de temas como a “verdade”, o “saber”, entre outros. Essa forma de tratamento pode ser identificada em Richard Rorty. Em *Contigência, ironia e solidariedade*, transparece o anseio de superar a visão (que ele insere no conjunto de pensadores ainda fiéis ao modelo Iluminista) de uma ciência como uma “atividade humana paradigmática”; eles insistem em afirmar “que a ciência natural descobre a verdade em vez de criá-la” (RORTY, 2007, p. 26). Como forma de rejeitar esta concepção, Rorty nos mostra que há um segundo grupo de pensadores que concebe a ciência “como mais uma das atividades humanas”; isto traz como consequência a quebra da hierarquia nos diversos campos da cultura:

De acordo com essa visão, os grandes cientistas inventam descrições do mundo que são úteis para o objetivo de prever e controlar o que acontece, assim como os poetas e os pensadores políticos inventam outras descrições do mundo para outros fins (Ibid., p. 26).

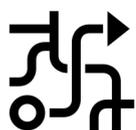


Observar que nesta passagem, além da ausência de hierarquia sobre as “criações”, desaparece a ideia de “descobrir a realidade”. Evidentemente que esta postura pragmática nos lança em direção a uma nova situação epistemológica. Como Rorty enfatiza, “a verdade não pode estar dada”; então, se a “verdade” não é algo que ontologicamente existe para além do círculo humano, resta uma problematização em torno da noção de “verdade”. Se não há fatos em si, então “o mundo existe, mas não as descrições do mundo. Só as descrições do mundo podem ser verdadeiras ou falsas” (Ibid., p. 28).

Aqui já se vislumbra uma postura epistemológica que é plenamente compatível com o pragmatismo e, ao mesmo tempo, pode ser considerada uma forma de pensar pós-moderno. Instaure-se uma espécie de separação (que, de verdade, inicia-se com o kantismo) que evita os extremos do realismo ingênuo e do solipsismo: “Dizer que devemos abandonar a ideia da verdade como algo que está aí, à espera de ser descoberto, não é dizer que descobrimos que não existe verdade alguma” (Ibid., p. 33). Assim como enfatiza Rorty, há certa urgência em se abandonar velhos temas como a “natureza da verdade” e a “natureza do homem”, por exemplo.

São novas orientações que surgem no princípio do século XX sobre a relação entre a prática do saber e o mundo objetivo. Elas nos alertam sobre uma questão importante: de verdade, aquilo que descobrimos está no objeto? Essa questão foi pensada por Ludwig Wittgenstein no *Tractatus logico-philosophicus*. Em um dos aforismos da obra (Afor. 2.174), Wittgenstein enfatiza que “a figuração, porém, não pode colocar-se fora de sua forma de representação” (WITTGENSTEIN, 2010, p. 145). Então, a figuração não pode ser entendida como um espelho da realidade; ela é uma “possibilidade de existência ou inexistência de estados de coisas” (Afor. 2.201; Idem). Pela interpretação de Luiz Henrique Santos, observa-se a complexidade que Wittgenstein conduz a reflexão sobre a linguagem. Segundo Santos, o valor do *Tractatus logico-philosophicus* foi ter mostrado que a linguagem tem o poder de produzir um sentido independente do referente; em suas palavras, há “verdades estritamente lógicas” (Ibid., p. 28). Mas isso não deve particularizar a linguagem. Santos complementa:

(...) o sentido de uma proposição não é seu significado: exprimir e significar são relações distintas, que atam a uma proposição componentes distintos de seu conteúdo logicamente relevante. (...) Isso equivale a dizer que o significado de um nome não é o sentido que exprime, que também em seu conteúdo semântico há que se distinguir um sentido e um significado (Ibid., p. 35).

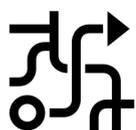


É a tese da independência do sentido; então, segundo a advertência de Wittgenstein, posso estar concebendo um determinado “sentido” ao real que, na verdade, “representa independentemente da existência do que representa, (...)”, na expressão de Luiz Henrique Santos (Ibid., p. 64).

Mesmo no âmbito da matemática se averigua os efeitos da ideia de que o discurso científico não desvenda a realidade. Na prova de Gödel (empreendida em 1931), comprova-se que “não podemos deduzir todas as verdades aritméticas a partir dos axiomas” (NAGEL; NEWMAN, 2003, p. 75). Isto quer dizer que ao se conceber a aritmética como um sistema (lógico), ela pode ser entendida como um sistema “incompleto”. A conclusão de Gödel de que a aritmética é consistente, mas incompleta, trouxe uma grande novidade para a lógica contemporânea. Isto porque “existe um enunciado aritmético verdadeiro que não é formalmente demonstrável na aritmética” (Ibid., p. 82). A teoria da incompletude de Gödel, nas interpretações de Ernest Nagel e James Newman, mostrou que um sistema (lógico) pode ser consistente e, mesmo assim, ser incapaz de justificar “verdades” metamatemáticas.

O que se verifica desde o início do século XX – em parte influenciada pela física quântica e a teoria da relatividade – é a teoria do emergentismo. Na compreensão de Charnel El-Hani e Sami Pihlström, o clima que propiciou tal atitude epistemológica é uma espécie de resistência “à ideia fisicalista de que uma perspectiva científica e naturalista seria adequada (...)” (EL-HANI; PIHLSTRÖM, 2005, p. 210). No texto “Realismo, pragmatismo e emergência”, El-Hani e Pihlström explicam que na concepção emergentista se diferenciam “os níveis de realidade”; posteriormente os autores enfatizam que “propriedades emergentes são também, mas não exclusivamente (...), propriedades físicas” (Ibid., p. 220). Nesse sentido, o conjunto de conhecimento produzido pelas diversas ciências – na visão do emergentismo – se afigura, assim: “(...) um mundo estruturado em múltiplas camadas, diferentes níveis de descrição e explicação serão necessários para dar conta de diferentes níveis de complexidade” (Ibid., p. 222). Os autores amparam-se em Putnam na afirmação de que “o mundo e suas propriedades também, são, em um sentido preciso, construções humanas” (Ibid., p. 229). Por isso, no emergentismo, temos a seguinte perspectiva:

Como não há qualquer sentido, de um ponto de vista pragmático, em afirmar que o mundo em si mesmo contém ou não propriedades emergentes, devemos manter nossa ontologia da emergência epistemologizada, no sentido de que ela está profundamente vinculada às práticas humanas de investigação (Ibid., p. 230).



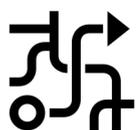
Significados que pensamos estar nas coisas (o ente já constituído e externo às representações), mas que são propriedades emergentes da ação simbólica humana. Como na expressão de Verónica Tozzi: “Não há “códigos”, “regras”, enfim, “significados” fora dos atos de fala concretos, nem sujeito falante prévio à interação social” (TOZZI, 2012, p. 27).

Diante desta perspectiva, pode-se entender o programa linguístico de Hayden White para a história como uma espécie de emergentismo. Foi a partir da publicação de *Meta-história* em 1973, que White se destaca como um intelectual que questiona a forma de representação “realista” no campo da história. Como enfatizamos na Introdução, a história possui um percurso marcado por confrontos e revisões epistemológicas. No exemplo particular de White, agora é a linguagem que se proclama com o poder de representação.

Já no Prefácio de *Meta-história*, White deixa claro que a história (no entender dos historiadores e pensadores da história) é composta de “dados” e “conceitos teóricos”; mas ela não possui uma linguagem técnica específica, por isso a história necessita de uma “estrutura narrativa” para compor seu enredo representativo. Nesse sentido, os elementos do discurso histórico “comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especialmente, linguístico em sua natureza, (...)” (WHITE, 2008, p. 11). Aqui, White localiza seu tema: esse conteúdo poético é geralmente silenciado, como se a linguagem representasse um meio neutro de expressão.

De forma específica em *Meta-história* se analisa os pensadores da história, como Tocqueville, Hegel, Marx, entre outros. Isto se explica pelo fato de que nesse pensadores os conceitos estarem manifestos. A tese de White é que esses pensadores da história ao optarem por certa estratégia (para representar os “dados”) realizam um “ato poético”. Assim, a linguagem não é um medium neutro. Sua força expressiva é assim descrita: “[Ela] prefigura o campo histórico e o constitui como um domínio no qual é possível aplicar as teorias específicas que utilizará para explicar “o que estava realmente acontecendo” nele” (Ibid., p. 12). Esses tipos de prefiguração estão contidos nos quatro tropos da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Eis, portanto, uma das tarefas de *Meta-história*: localizar no trabalho histórico sua natureza poética. Incisiva advertência de White ao discurso histórico no sentido de se questionar a validade de sua representação. A tese de White é subdividida em sete premissas. Na primeira e segunda (premissas), ele enfatiza que a “história propriamente dita” está contida na filosofia da história. Por mais descritiva que seja a narrativa histórica, ela sempre possui uma perspectiva teórica. Na terceira, a objeção à história se intensifica. Ela afirma que as filosofias da história (que estão presentes em qualquer narrativa histórica)



são “formalizações de intuições poéticas que analiticamente os precedem e que sancionam as teorias particulares usadas para dar aos relatos históricos a aparência de uma “explicação” ” (Ibid., p.14). A partir da quarta premissa, White estrutura um quadro lógico. Ele enfatiza (quarta premissa) que não é possível (logicamente) afirmar sobre a infalibilidade de uma teoria da história. Então, não se pode fazer uma escala de formas mais verídicas de realidade histórica. Se não há um critério seguro para se avaliar o grau de realidade histórica, então estamos presos a uma escolha ante as “estratégias interpretativas opostas”. Na sexta premissa, White indica que esta escolha (da perspectiva teórica) não é epistemológica, mas estética ou moral. Aqui, White questiona o estatuto científico da história. A sétima premissa corresponde a uma espécie de “lucro” que resulta da investida lógica. Ela indica que o historiador deve abandonar a inocência da “cientificação da história”. Assim, se a base desta “conceptualização histórica” é estética ou moral, então para se pensar sobre o estatuto epistemológico da história deve-se investigar a base (estética ou moral).

Observar que na medida em que White estuda a natureza poética da narrativa histórica, há uma espécie de suspeita ante os significados que produzem os historiadores. Como se pode averiguar nas sete premissas de Meta-história, seu intento é questionar o modelo de objetividade histórica. Na interpretação de Verónica Tozzi, White promove a “democratização dos dispositivos de produção e de crítica” (TOZZI, 2012, p. 22). Inclusive a pesquisadora argentina cita uma passagem de White (da obra *A ficção da narrativa*) na qual o pensador norte-americano comenta que “os historiadores profissionais não são donos do passado” (Apud TOZZI, 2012, p. 34). Eis, então, a perspectiva que adotam muitos defensores de White no Brasil - a mesma postura utilizada por Wagner Germiniado dos Santos (2019). Ainda segundo Tozzi, White promove uma crítica a “toda figuração que reclama representar realisticamente o passado, (...)” (Ibid., p. 35).

Essa ênfase crítica de White permanece nos Trópicos do discurso. No ensaio de 1975 (que compreende o quarto capítulo dos Trópicos do discurso) – “Historicismo, história e a imaginação figurativa” – ele estuda o tema da forma como a história figura a realidade (evento). Aqui, antropologia (Lévi-Strauss) e linguística (Jakobson) são invocados para se afirmar a impossibilidade da história de ser “objetiva e realista” em seu ato representativo. Isto ocorre porque a história não reconhece o caráter poético de seus discursos (WHITE, 2014, p. 121).

O ensaio “Historicismo, história e a imaginação figurativa” investiga a dimensão retórica do discurso histórico. A ideia de White se resume, assim: aquilo que se apresenta



como “uma modesta representação em prosa da realidade”, no fundo expressa uma estrutura retórica:

Uma análise retórica do discurso histórico reconheceria que toda história digna do nome contém em si não só certa quantidade de informação e uma explicação (ou interpretação) do que “significam” essas informações, mas também uma mensagem mais ou menos patente sobre a atitude que o leitor deveria assumir tanto diante dos dados relatados quanto da sua interpretação formal (Ibid., p. 122).

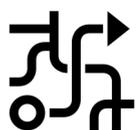
Assim, na história o que aparentemente surge como “explicação” (em seu impacto de “verdade”), de fato “é uma prefiguração do campo que nos prepara para a explicação ou interpretação formal que ele oferecerá subsequentemente” (Ibid., p. 123). White nos adverte que o sentido do conhecimento histórico não está no referente (externo à linguagem). Daí as opções que se extremam: ou se tem o realismo ingênuo ou o universo linguístico que não sai de si. Mas isso não invalida as objeções de White ao discurso histórico. Ver, particularmente, essa importante passagem de “Historicismo, história e a imaginação figurativa”:

(...) o uso da própria linguagem projeta um nível de sentido secundário que fundamenta os fenômenos que estão sendo “descritos”, ou está por trás deles. Esse sentido secundário existe inteiramente à parte dos próprios “fatos” e de qualquer argumento explícito que poderia ser oferecido no nível extradescritivo, mais puramente analítico ou interpretativo do texto. Esse nível figurativo é produzido por um processo construtivo, de natureza poética, que prepara o leitor do texto de maneira mais ou menos subconsciente para receber tanto a descrição dos fatos quanto a sua explicação como sendo plausíveis, de um lado, e mutuamente adequadas, de outro (Ibid., p. 127).

White, neste caso, aplica o que se entende como “virada linguística” (*linguistic turn*) do século XX (Wittgenstein, Jakobson) no tratamento do conhecimento histórico. Sua grande objeção reside no fato da história não possuir uma linguagem técnica específica (assim como a física ou a química); daí por que nos profissionais da história não haver a distinção (a falta de “autoconsciência linguística”, em sua expressão) entre os efeitos de linguagem e as propriedades do referente (evento).

## **RICOEUR E A EPISTEMOLOGIA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

Um dos grandes temas em Paul Ricoeur, especialmente em *Tempo e narrativa* e *A memória, a história e o esquecimento* é o estatuto do conhecimento histórico. Como ele salientou em *A memória, a história e o esquecimento*, procura-se pensar a cientificidade da



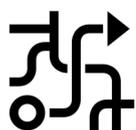
prática do historiador em uma relativa distância dos extremos: a pretensão totalizadora e a validade de um saber absoluto sobre o passado. Foi no intento de investigar o campo em que opera essa prática do saber histórico que Ricoeur recorre a uma hermenêutica crítica. Mas ao se pensar sobre a qualidade temporal da noção de “passado”, o intelectual francês necessita de um pensamento de ordem ontológica.

Assim, de uma forma mais geral, Ricoeur nos esclarece sobre sua problemática: como pensar a ontologia da temporalidade histórica. Aqui, apreende-se um ser humano no sentido em que Heidegger o configura em *Ser e tempo*: como um ser de temporalidade. Como, então, o historiador pode representar o passado humano? Ricoeur questiona a tendência geral de se crer em uma preteridade já constituída à espera de uma atitude de “pura retrospectão”.

Há um importante texto de Ricoeur, datado de 1954-1955, que pretende estudar a relação entre Kant e Husserl. Tal texto – “Kant e Husserl” - compõe um dos capítulos de *Na escola da fenomenologia*. Ele pode ser entendido como um escrito especial; isto porque nos auxilia em busca de um melhor entendimento da postura epistemológica de Ricoeur sobre o caráter objetivo da história. Ao término de “Kant e Husserl”, encontra-se a seguinte afirmação: “Husserl faz a fenomenologia, mas Kant a limita e a funda” (RICOEUR, 2009, p. 291). Como se percebe, há neste estudo uma objeção à filosofia de Husserl e um elogio ao kantismo.

A grande objeção de Ricoeur à fenomenologia de Husserl se resume na perda da problemática do ser. No início do texto, Ricoeur lança sua problemática: “Deste modo, cabe-nos o dever de reservar inteiramente a questão de saber se o surgimento do para mim de todas as coisas, a tematização do mundo como fenômeno, esgota toda questão que se possa ainda levantar sobre o ser daquilo que aparece” (Ibid., p. 229). É evidente que esta problemática já esconde as intenções intelectuais de Ricoeur. Ele irá analisar a fenomenologia de Husserl através da mediação do kantismo; Husserl será lido em paralelo à “ontologia kantiana”. Dessa forma, o kantismo para Ricoeur se converte na própria “tensão entre o conhecer e o pensar, entre o fenômeno e o ser, (...)” (Ibid., p. 269). Ricoeur conclui sua leitura do kantismo, nesses termos:

É impossível conhecer o ser. Mas esse tipo de impossibilidade, que estabelece um gênero de decepção no coração do kantismo, é em si essencial para a significação última do fenômeno. Trata-se de uma impossibilidade de certo modo ativa, e até positiva: através dessa impossibilidade do conhecer acerca do ser, o *Denken* põe ainda o ser como aquilo que limita as pretensões do fenômeno a constituir a realidade última (Idem).



Assim, a objetividade (em Kant) apresenta-se em duas dimensões, sempre em uma relação de reciprocidade. Há em Kant uma dimensão (transcendental) do objeto que nos remete ao realismo da coisa-em-si. Já no exemplo de Husserl:

[Ele] perdeu a medida ontológica do fenômeno e simultaneamente perdeu a possibilidade de uma meditação sobre os limites e o fundamento da fenomenalidade. Por isso a fenomenologia não é uma “Crítica”, ou seja, uma inspeção dos limites do seu próprio campo de experiência (Ibid., p. 275).

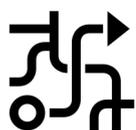
Na visão de Ricoeur não há em Husserl uma problemática “da relação dos entes com nós mesmos”; essa carência se configura como algo grave. Ricoeur louva a postura kantiana: “Por isso não se acha em Husserl aquele entrelaçamento de duas significações da objetividade que encontramos em Kant, uma objetividade constituída “em” nós e uma objetividade fundadora “do” fenômeno” (Ibid., p. 276).

Diante desses apontamentos, Ricoeur não abandona a problemática da objetividade em relação a um referente (externo). Na crítica ao pensamento de Husserl está implícito o fato de ele desmerecer a “alteridade radical” e a “presença do Outro”. Por isso, “Kant e Husserl” transforma-se em um texto fundamental para compreendermos a noção de objetividade em Ricoeur.

Essa incursão de Ricoeur na filosofia propicia a justificação de uma postura epistemológica. Esta última se verifica em *A memória, a história, o esquecimento*. Aqui, o pensador da história comenta sobre a “ontologia da existência em história”. Persegue-se as intenções de construção e reconstrução do “curso passado dos acontecimentos”. Fica claro, em Ricoeur, que se rejeita a intenção “de suspender a expectativa de qualquer descrição de um real extralinguístico (...)” (RICOEUR, 2014, p. 289). Diante das três fases da operação historiadora – coleta de fontes; explicação/compreensão e narrativa -, Ricoeur estabelece o grau de significação para cada uma dessas fases. Para a fase narrativa, ele acrescenta:

(...) no caso da escrita literária da história, a narratividade acrescenta seus modos de inteligibilidade aos da explicação/compreensão; por sua vez, as figuras de estilo revelaram-se figuras de pensamento suscetíveis de acrescentar uma dimensão própria de exibição à legibilidade própria nas narrativas (Ibid., p. 290).

Assim, não mais um “realismo ingênuo”, mas um “realismo crítico” que salva a referência em sua ontologia histórica. Na operação historiadora há a possibilidade da representação (histórica); ela é “uma imagem presente de uma coisa ausente”. O passado desaparecido permanece como efeito: “(...) ninguém pode fazer com que não tenha sido” (Ibid., p. 394). Daí por que ao se amparar no kantismo e na hermenêutica, Paul Ricoeur vê a



possibilidade da representação historiadora: ao se tratar de “verdade” em história, esta última sempre é um “procedimento reconstrutivo” (Ibid., p. 296).

Em *Tempo e narrativa*, o pensador francês propõe sua tese sobre a cognoscitividade da prática historiadora. Em parte, ela se traduz como uma reação (positiva, em nosso entender) aos trabalhos de Hayden White que propõe a ideia da escrita da história como uma figuração linguística. Nesta perspectiva, analisar os modelos historiográficos não se traduz apenas em um debate sobre a objetividade do estudo do passado (atestado pelos vestígios), mas também em uma análise da semântica da narrativa do historiador.

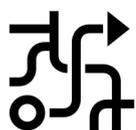
Na interpretação de Ricoeur, para White a questão central da produção do saber histórico transforma-se em um estudo de linguagem. Para Ricoeur, converter a história em um sistema de signos é altamente problemático. O que ele vê de positivo em White é a intenção em dissociar o “curso de acontecimentos” da narrativa. Mas Ricoeur não empreenderá uma ruptura definitiva entre ambos (acontecimento e narrativa): eis a diferença em relação ao pensamento de White. Para Ricoeur, deve-se estabelecer uma relação específica com o evento (histórico):

É por isso que, entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de reduplicação, de equivalência, e sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido para o tipo de figura que assimila (*liken*) os acontecimentos narrados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar (RICOEUR, 2010c, p. 261).

Na visão de Ricoeur, a análise tropológica de White remete o ocorrido (a história efetiva) ao “como está dito nessa narrativa aqui”. Assim, a concepção de White (com sua tropologia) “corre o risco de apagar a fronteira entre ficção e história”. Em contrapartida, Ricoeur propõe: “(...) a realidade do passado deve passar sucessivamente pela grade do Mesmo, do Outro e do Análogo” (Ibid., p. 262).

Essa perspectiva em relação à especificidade do campo da história é importante, pois Ricoeur não abandona o estatuto objetivo do referente (no caso da história, o evento). Isto explica sua afirmação de que não se pode “esquecer o tipo de coerção que o acontecimento passado exerce sobre o discurso histórico através dos documentos conhecidos, exigindo dele uma retificação sem fim” (Ibid., p. 263).

Diante desta problemática da relação do historiador com o passado – mediado pelo conjunto Mesmo/Outro/Análogo – evidencia-se a importância da metáfora. Em sua obra *A metáfora viva*, há a intenção de estabelecer uma relação entre *res significata* e *nominis*



*significatio*. Então, o problema é saber até que ponto a linguagem apreende o estatuto real do ente (referente). Como em uma passagem de *A metáfora viva*:

Esse entrecruzamento de duas modalidades de transferência, segundo a ordem descendente do ser e segundo a ordem ascendente das significações, explica-se que se constituam modalidades mistas de discurso, nas quais a metáfora proporcional e a analogia transcendental vêm a acumular seus efeitos de sentido. Graças a esse quiasma, o especulativo verticaliza a metáfora, enquanto o poético dá um revestimento icônico à analogia especulativa (RICOEUR, 2000, p. 430, 431).

O que o texto histórico efetua é uma “refiguração do tempo pela narrativa”. Percebe-se como é sutil (Ricoeur comenta que isto é “altamente complexo”) a relação entre ficção e história na narrativa histórica. O trabalho do historiador deve se fundamentar em vestígios (documentos); após esta fase surge a problemática da representância. Conceito importante no pensamento de Ricoeur. A analogia não se define só pelo ato de objetivar o “ter-sido”; ela tem a identidade e a alteridade ao seu lado:

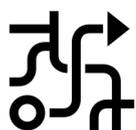
Embora o passado seja de fato, em primeiro lugar, aquilo que deve ser reafetado no modo identitário, ele só o é na medida em que também for o ausente de todas as nossas construções. O Análogo, precisamente, conserva em si a força da reafetuação e da colocação a distância, na medida em que ser-como é ser e não ser (RICOEUR, 2010c, p. 264, 265).

Aqui, não se tem mais a ilusão de que o historiador reproduz o passado em sua narrativa. Ao operar com o conceito de representância (em seus três momentos - “Mesmo, Outro e o Análogo”) a questão da “distância temporal” sempre está presente. Na medida em que o vestígio chega até ao historiador (que representa o “presente”) algo de estranho já se configurou. Por isso, Ricoeur explica: “A relação de representância nada mais faz senão explicitar essa travessia do tempo pelo vestígio. Mais precisamente, explicita a estrutura dialética da travessia que converte o espaçamento em mediação” (Ibid., p. 265).

Assim, o ente da operação do historiador não é algo observável. Ricoeur comenta que é algo memorável e que só a representância pode dar conta de sua refiguração: o Mesmo propõe a redução, a Alteridade exige reconhecimento e a analogia, apreende.

Para Ricoeur, a partir da *linguistic turn* as coisas não se passam mais como no século XIX. A história perdeu a inocência em termos de representação. O que o avanço dos estudos de linguística trouxe de inquietante para o campo da história, traduz-se dessa forma:

(...) a narratividade acrescenta seus modos de inteligibilidade aos da explicação/compreensão; por sua vez, as figuras de estilo revelaram-se figuras de pensamento suscetíveis de acrescentar uma dimensão própria de exibição à legibilidade própria das narrativas (RICOEUR, 2014, p. 290).



Ricoeur pensa que é preciso definir o estatuto de verdade no discurso histórico. A conformação da história deve compor três fases: documental, explicativa e escriturária. Portanto, sem as “técnicas de pesquisa” e dos “procedimentos críticos”, a escrita da história se iguala à literalidade.

É neste instante que Ricoeur preocupa-se com o tema da “verdade” na representação histórica. A representância possui um modo de verdade bem específico. Mas como entender essa “verdade” se aquilo que realmente se passou não é mais? Em resposta, Ricoeur (com o auxílio de Aristóteles) propõe o “duplo estatuto do passado”:

(...) a representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência do passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido (Ibid., p. 294).

É nesta altura da reflexão sobre o tempo histórico e sua “verdade”, que Ricoeur comenta que se trata de um enigma. No fundo a representância nos auxilia em uma forma de vivência no interior da “ontologia do ser-no-mundo”. Os seres humanos possuem uma condição histórica; a representância é uma forma de conhecimento que está intimamente ligada à positividade do “ter sido”, através da negatividade do “não ser mais”. Ele confia que a epistemologia da operação historiográfica, ao se conscientizar desses limites, encontra-se nos “confins de uma ontologia do ser histórico”.

É nesse sentido que a abordagem do tempo histórico em Ricoeur não se fecha na narração, em uma espécie de recusa ao extralinguístico. Esse pensamento sobre a especificidade do campo histórico em Ricoeur pode ser entendido como uma resposta ao pensamento de Hayden White. No fundo, este último obrigou os pensadores da epistemologia histórica (em nosso caso, Paul Ricoeur) a uma melhor fundamentação da cognoscitividade no campo da história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o panorama traçado neste artigo, o pensamento de Hayden White pode ser considerado uma forma de emergentismo. Isto ocorre porque há uma recusa em conceder ao evento (histórico) uma dimensão ontológica e, com isso, a possibilidade de sua reconstrução nos postulados da cientificação histórica. Isto gera uma espécie de liberdade

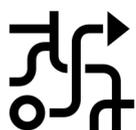


(compreendida por Verónica Tozzi como “democracia dos dispositivos de produção e crítica”), acentuada no término de Meta-história: “(...) temos liberdade de conceber a “história” como nos aprouver, assim como temos liberdade de fazer dela o que quisermos” (WHITE, 2008, p. 440). Dessa forma, a abordagem linguística de White merece atenção. Ele implica no próprio postulado do emergentismo (linguístico): “(...) a forma das relações que parecerão ser inerentes aos objetos que habitam o campo na realidade foi imposta ao campo pelo investigador no próprio ato de identificar e descrever os objetos que aí descobre” (WHITE, 1014, p. 112). Aqui, ao que tudo indica, está em curso mais um princípio para o campo da história. Na medida em que a linguagem opera como medium para se reconfigurar o evento, o historiador e o pensador da história necessitam levar em consideração o efeito linguístico.

É nesta perspectiva que se pode localizar a contribuição de Paul Ricoeur. Ele não segue a senda de Carlo Ginzburg, por exemplo. O historiador italiano concebe White na tradição do idealismo italiano (Gentile/Croce). Para Ginzburg, o “subjetivismo radical de Gentile” mostrou que “a historiografia (historia rerum gestarum) cria o próprio objeto, (...)” (GINZBURG, 2008, p. 219). Herdeiro da tradição hermenêutica, Ricoeur não rejeita in toto o pensamento de White. Como na interpretação de Dosse, Ricoeur “restitui a pertinência de um fora do texto, o referente, e de uma enunciação, portanto, de um sujeito” (DOSSE, 2017, p. 133). Para os defensores da pertinência do conhecimento histórico, a tese de White obriga que se faça um esforço no sentido de justificar a possibilidade de “abertura” da linguagem em direção ao referente (externo).

Essa foi a difícil tarefa de A metáfora viva. Amparando-se em Aristóteles, Ricoeur afirma que “é no discurso especulativo que se articula o sentido último da referência do discurso poético: ato, com efeito, só tem sentido no discurso sobre o ser” (RICOEUR, 2000, p. 471). Para reforçar esta ênfase na ontologia, Ricoeur cita uma passagem de Die enteleechie, de Uwe Arnold, na qual se evidencia as propriedades das categorias aristotélicas: “[As categorias] mediatizam a efetividade de todo possível natural, na medida em que visam não a objetos imediatamente, mas, mediatamente, ao sentido da imediaticidade que se vincula aos objetos” (Apud RICOEUR, 2000, p. 471).

Assim, um dos objetivos de A metáfora viva era justificar (ao se amparar em Aristóteles) que a linguagem é um “ser-dito da realidade” (RICOEUR, 2000, p. 467). Isto explica as objeções de Ricoeur ante a postura filosófica de Heidegger em sua penúltima fase. Aqui, toda a grandeza do esforço de Aristóteles está ameaçada, pois Heidegger intenta “edificar o pensamento especulativo de acordo com o objetivo semântico (...)” (Ibid., p. 475).



Neste caso, evidencia-se o mérito de A metáfora viva. Tal êxito foi ter mostrado que a figuração da linguagem não anula o pensamento especulativo (que visa trazer à luz aspectos do referente). Como nas palavras de Ricoeur, “o discurso especulativo é possível porque a linguagem tem a capacidade reflexiva de pôr-se à distância e de considerar-se, enquanto tal e em seu conjunto, relacionada ao conjunto do que é” (Ibid., p. 466).

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERGSON, Henri. *O pensamento e o movente*. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*. Ouro Preto (MG), n. 17, p. 440-461, 2015.

DOSSE, François. *Paul Ricoeur: um filósofo em seu século*. Tradução de Eduardo L. P. de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução de Dulce O. A. dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003.

EL-HANI, Charbel N.; PIHLSTRÖM, Sami. “Realismo, pragmatismo e emergência” In: SMITH, Plínio J.; SILVA FILHO, Waldomiro J. *Significado, verdade, interpretação: Davidson e a filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 199-238.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GINZBURG, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 211-232.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 5ª Ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NAGEL, Ernest. NEWMAN, James R. *A prova de Gödel*. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução de Dion D. Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. *Escritos e conferências II: hermenêutica*. Tradução de Lúcia P. de Souza. São Paulo: Edições Loyola, 2011b.



RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Tradução de Hilton Japiassu. Petrópolis: Editora Vozes, 2011a.

RICOEUR, Paul. *Na escola da fenomenologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa II: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. Tradução de Márcia V. M. de Aguiar. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa III: o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010c.

SANTOS, Wagner G. dos. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. *História da Historiografia*. Ouro Preto (MG), vol. 12, n. 30, p. 312-343, 2019.

TOZZI, Verónica. Hayden White, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura. *ArtCultura*. Uberlândia (MG), vol. 14, n. 25, p. 21-35, 2012.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José L. de Melo. São Paulo: EDUSP, 2008.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio C. de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique L. dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2010.

Recebido em: 22/04/2020

Aprovado em: 10/06/2020